

4. ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL- INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL SA E MUNICÍPIO DE BRAGA:

Do **Vereador João Rodrigues** submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal (artº 25º, nº 1, alínea q) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), o acordo mencionado em epígrafe.

PROPOSTA

*À 25 de Junho
2020*

[Signature]
Apresenta-se, para aprovação, a minuta final do acordo de mutuação dominial sobre a EN 101 (KM 91,449-KM 94,270) e sobre a EN 201 (KM 63,502-KM 65,614), a celebrar entre o Município de Braga e a Infraestruturas de Portugal, S.A..

Braga, 5 de fevereiro de 2020

O Vereador,

[Signature]

João Rodrigues

ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, estabelece, designadamente no preceito do artigo 13.º, n.º 1, que as estradas não incluídas neste Plano devem integrar as redes municipais.

A integração destas estradas nas redes municipais é feita mediante acordo a celebrar entre o município interessado e, no presente, a Infraestruturas de Portugal, S.A., por ter sucedido à Estradas de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

Acresce que, conforme resulta das Bases da concessão da rede rodoviária nacional, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro, designadamente do n.º 1 da Base 7-A, aditada pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, a Infraestruturas de Portugal, S.A. deve celebrar protocolos de transferência para a tutela das respetivas autarquias de todas as vias que, no PRN, deixaram de integrar a rede rodoviária nacional, tal como ali definida, e que a Estradas de Portugal, S. A., mantinha sob a sua jurisdição.

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, estabelece, no artigo 40.º, que as estradas que deixem de pertencer total ou parcialmente à rede rodoviária nacional para integrar uma rede municipal devem ser transferidas para a titularidade do respetivo município. Estabelece também o procedimento relativo às mutações dominiais.

Assim:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 13.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e do artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, ao abrigo do qual foi obtida aprovação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em ____ de ____ de 201__, conforme despacho do _____;

Atento ao artigo 25.º, n.º 1, alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e à correspondente autorização prévia da Assembleia Municipal de Braga conforme resulta da ata de ____ de ____ de 201__;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do acordo que ora se vai celebrar sido aprovada pelo Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., em reunião de ____ de ____ de 201__ e pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de ____ de ____ de 201__,

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo ____ do Conselho de Administração Executivo, ____, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de __ de ____ de 201__, daqui em diante designada por **IP**;

E

O **Município de Braga**, com sede Praça Município, 4700 – 435 Braga, pessoa coletiva n.º ____, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, doravante designado por **MB**.

O acordo de mutação dominial, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a integração do troço de estrada da EN101 entre o km 91,449 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -23.743 e 208.121) e o km 94,270 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -23.877 e 205.907), na extensão total de 2,810 km, e da EN201 entre o km 63,502 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -26.166 e 210.086) e o km 65,614 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -25.089 e 208.921), na extensão total de 2,109 km, na rede viária do **MB**

conforme o esboço corográfico que constituem o anexo I ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Situação do troço de estrada a transferir

O troço de estrada identificado na Cláusula 1.^a não está incluído no Plano Rodoviário Nacional e está sob tutela da **IP** nos termos estabelecidos no artigo 13.º, n.º 3 do Plano Rodoviário Nacional.

Cláusula 3.^a

Mutação dominial

1. A **IP** declara entregar ao **MB** e este declara receber o troço de estrada referido na Cláusula 1.^a, que integra o domínio público rodoviário municipal.
2. Para os efeitos do número anterior, a transferência abrange o terreno ocupado pela estrada e seus elementos funcionais, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas, as obras de arte, as obras hidráulicas, as obras de contenção, os túneis, as valetas, os separadores, as banquetas, os taludes, os passeios, as vias coletoras, as infraestruturas de iluminação, de demarcação, sinalização, segurança e proteção ambiental e, bem assim, as gares, árvores e demais plantas, com exclusão das parcelas de terreno sobrantes.

Cláusula 4.^a

Canal Técnico Rodoviário

1. A transferência do troço referido na Cláusula 1.^a exclui a infraestrutura de canal técnico rodoviário destinada a alojar ativos de redes de telecomunicações, e que se mantém sob administração da **IP**.
2. Para efeitos do número anterior, caso haja necessidade de intervir na infraestrutura de canal técnico rodoviário, a **IP** articulará com o **MB** a data e os em que termos se efetuará essa intervenção.

Cláusula 5.^a

Estado do troço de estrada a transferir

1. A **IP** declara que o troço de estrada objeto de mutação dominial ao abrigo do presente Acordo, apresenta condições de circulação de pessoas e bens compatíveis com a continuidade da sua abertura ao tráfego.
2. O **MB** declara conhecer as condições de circulação de pessoas e bens do troço de estrada objeto da mutação dominial ao abrigo do presente Acordo, e aceita que as mesmas são compatíveis com a continuidade da sua abertura o tráfego.

Cláusula 6.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, é efetuada por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MB** remeter à **IP** deve ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Serviços da Rede e Parcerias
Praça da Portagem
2809-013 Almada
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MB** deve ser efetuada para:
Câmara Municipal de Braga
Praça Município
4700 – 435 Braga

Cláusula 7.^a

Dever de colaboração

1. O **MB** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;
 - c) Prestação de informação;

- d) Fornecimento de documentos;
- e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.

2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 8.^a

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte à data do despacho de homologação do mesmo pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias.

Cláusula 9.^a

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, são dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, de de 2019

O _____ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal,
S.A.

(_____)

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Ricardo Rio)

**15. PROPOSTA – MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A
CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL:**

Submete-se minuta de "Acordo de mutação dominial a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, relativo à EN 101 do Km 91+473 ao Km 94+269 e à EN 201 do KM 63+500 ao Km 65+613, acordo esse que se anexa.

Deliberação aprovada.

AR 16/10/2018.